

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA SUCINTA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO GÊNERO FEMININO


PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A SUCCINCT ANALYSIS OF THE TRAJECTORY OF THE GENDER FEMALE

Recebido em: 20/08/2023

Reenviado: 10/02/2024

Aceito em: 26/02/2024

Publicado em: 19/04/2024

Marli Polenz Ferreira¹ 

Universidade Federal de Santa Maria

Francisco Nilton Gomes de Oliveira² 

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ascísio dos Reis Pereira³ 

Universidade Federal de Santa Maria

Gebson Andrei Almeida Diniz⁴ 

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: O artigo discute, de forma sucinta, a trajetória feminina na história educacional brasileira, essencialmente na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, problematiza as disparidades de gênero que foram construídas historicamente no âmbito educacional e na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com posições “fadadas” às mulheres no decorrer da formação profissional. A partir de breves narrativas históricas constatam-se a resistência de protótipos históricos de distinção sexual nas formações escolares e profissionalizantes e a restrição, mesmo que representativa, do âmbito masculino em detrimento do universo feminino. Os objetivos deste artigo se pactuam com a extensão das discussões sobre gênero na Educação Profissional a partir de uma revisão bibliográfica sobre a educação feminina nos distintos momentos da história do Brasil.

Palavras-chave: Educação Feminina; Educação Profissional e Tecnológica; Desigualdade de Gênero.

Abstract: The article succinctly discusses the female trajectory in Brazilian educational history, essentially in Professional and Technological Education. In this context, it problematizes the gender disparities that have been historically constructed in the educational sphere and in Professional and Technological Education (EPT), with positions “fated” to women during professional training. Thus, from this brief historical narrative we can see the resistance of historical prototypes of sexual distinction in school and professional training and the restriction, even if representative, of the male sphere to the detriment of the female universe. The objectives of this article are agreed

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado Acadêmico pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marli.ferreira@acad.ufsm.br

² docente voluntário do Mestrado Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: nilton@medicina.ufrj.br

³ Professor associado da Universidade Federal Santa Maria, junto ao departamento de fundamentos da educação, professor efetivo do programa de pós-graduação em educação profissional e tecnológica, mestrado acadêmico. E-mail: ascisio.pereira@ufsm.br

⁴ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado Acadêmico pela Universidade Federal de Santa Maria E-mail: gebsondinizcontabil@gmail.com

with the extension of discussions about gender in Professional Education based on a bibliographical review on female education at different moments in the history of Brazil.

Keywords: Female Education; Professional and Technological Education; Gender Inequality.

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar as temáticas desigualdade de gênero e as questões referentes às mulheres na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) são os principais motivos que justificam e direcionam o compromisso em continuar esta investigação. A construção do percurso fez emergir o seguinte questionamento: o que está sendo produzido acerca de Estudos nos Institutos Federais no contexto da EPT. Considerando o questionamento e a relevância do objeto de estudo, o presente artigo buscou mapear as produções acadêmicas de artigos publicados no portal da plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) acerca de Gênero feminino nos Institutos Federais com o intuito de conhecer ações desenvolvidas em prol das mulheres pesquisadoras na formação e no contexto da EPT.

A seguir, será descrita uma sucinta revisão bibliográfica sobre Gênero e dos percursos do sistema educacional brasileiro no âmbito da EPT, ou seja: de que maneira se deu a inclusão de mulheres no espaço educacional e de formação profissional no decorrer da história educacional Brasileira. A apresentação crítica deste processo é indispensável para vislumbrar a formação profissional da mulher e os desafios que são impostos pelo processo educacional no sentido da perpetuação das condições de desigualdade de gênero. Assim, é possível destacar como se deu a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, atravessadas de violência ou mesmo através de formas perspicazes, na qual vem desempenhando o papel de fundamentação e investigação das disparidades de gênero tanto no campo educacional quanto profissional.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE GÊNERO

A expressão gênero na gramática da língua portuguesa se atribui ao discernimento entre masculino e feminino, ao contrário do latim, o sexo neutro, por conseguinte inclusive para aqueles viventes/objetos assexuado é indicado um gênero. Em sua aplicabilidade contemporânea o termo gênero surge, primeiramente, sendo designado por feministas norte-americanas com o intuito de contradizer as providências biológicas relacionadas ao sexo. O gênero, nesta acepção, estaria associado ao caráter social das discrepâncias fundamentadas no sexo, que são culturalmente divergente e historicamente variáveis.

As feministas persistem que ao introduzir o gênero como ordenamento de investigação para entender as conexões históricas entre os sexos, conseguiriam colaborar para introduzir as

pagina 4 de 20

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.772>

mulheres na história. Entretanto, historiadores(as) não feministas, mesmo admitindo a história das mulheres, preservaram-nas isoladas da história política e pública, como se estas permanecem limitadas as particularidades domésticas e do sexo (SCOTT, 1995).

O termo gênero foi empregado nas discussões do movimento feminista com a finalidade de conceber/elucidar as demandas relacionadas à submissão sofrida pelas mulheres. Segundo Pedro (2005), para melhor compreensão do uso do termo pelos movimentos é imprescindível entender o próprio movimento e as “ondas” pelas quais sucedeu no percurso histórico.

O feminismo da “primeira onda” se desenvolveu no final do século XIX e foi direcionado na pretensão dos direitos políticos, como o de votar e ser eleita, nos direitos sociais e econômicos, como o de trabalho assalariado, estudo, propriedade, herança. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu posteriormente à Segunda Guerra Mundial, e concebeu privilégios às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado, entendido como o domínio dos homens na submissão das mulheres (PEDRO, 2005).

É no âmago desta segunda onda que as feministas restituíram, primeiramente, a luta pelo reconhecimento da categoria mulher, em relação ao termo “homem” empregado como sinônimo de ser humano universal. Ser mulher estava relacionado a uma história de subordinação, preconceito e discriminação em relação aos seus corpos, de modo a não consentir o pleno desenvolvimento em determinadas áreas, até então restringidas aos homens.

Os movimentos feministas tinham em comum a luta contra a naturalização da subordinação suportada pelas mulheres em justificativa do seu sexo. O emprego da categoria “Mulher” passou a ser indagado internamente no movimento, pois a desigualdade biológica em relação aos homens, não justificavam as ocorrências de opressão sofridas pelas mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, etc.

Não há como mensurar a política e a formação educacional dissociada do desenvolvimento histórico e dos padrões sociais. Por esta razão, ao consolidar ponderações no que concerne à formação educacional brasileira e inclusão das mulheres neste sistema, é indispensável que se elabore uma conexão entre as técnicas e as políticas de educação e o contexto econômico, social e político daquele estágio da história. O que se percebe ainda é que esta temática representa um ponto de reflexão acerca dessas problematizações e contempla um campo de lutas aberto em favor de ascensões essenciais, principalmente juntamente aos âmbitos da sociedade que almejam uma sociedade mais justa e igualitária (FRIGOROTTO, 2006).

Assim sendo, concebe-se que o nosso progresso tanto social quanto econômico procede de adiantamentos coletivos que tenham por intuito minimizar as disparidades que se denotam sob múltiplos enfoques entre homens e mulheres em uma sociedade ainda muito delimitada machista e patriarcal. É considerável enfatizar que a gênese das desigualdades de gênero no Brasil está vinculada em familiares patriarcais que concernem ao período colonial tendo como alicerce de organização dos seus valores a intervenção portuguesa e o pensamento dogmático católico (PRIORE, 1993; FREYRE, 2004). Dessa forma, entende-se que nossas vinculações na sociedade foram embasadas em disposições hierárquicas de submissão, concebendo a todo instante a soberania do masculino sobre o feminino em todos os âmbitos que controlam a vida e a consciência dos indivíduos de nossa sociedade.

TABELA 1 - TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DA MULHER

PERÍODO	CONTEXTO
COLÔNIA	No século 17 poucas mulheres conseguiam ser educadas em conventos criados no Brasil, porém o papel feminino era bem claro: As meninas se limitavam a aprender a ler, escrever e contar, além de coserem e bordarem, sendo o suficiente para o cuidado de seus lares no futuro.
IMPÉRIO	Em 1817 sob influência das ideias iluministas, foram instituídos os primeiros colégios para as meninas filhas de senhores de engenho e da elite urbana.
	Em 1822 com a independência do Brasil, não havia uma política de educação sistemática apesar da criação de algumas escolas pelo rei D. João VI para formar oficiais do exército e da marinha, engenheiros militares e médicos, o caráter elitista da monarquia não se importava com a educação da maioria da população, predominantemente rural e analfabeta.
	Em 1827 foi instituída lei que determinava criação de escolas de primeiras letras e trazia, em seu artigo XI a criação de escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas.
	A partir de 1835, a 1ª escola normal de São Paulo só passou a aceitar mulheres 30 anos após a sua fundação. O grande motivador para abertura do curso era que a profissão de professora seria uma das poucas que permitiam a conciliação entre trabalho e as obrigações domésticas.
	A Fundação do colégio D. Pedro II em 1837 no Rio de Janeiro sob a administração da Coroa era designado a educar a elite culta e estabeleceu-se num âmbito essencialmente masculino. Em 1885 foram matriculadas 15 alunas e 5 ouvintes, porém a permanência foi breve.
REPÚBLICA	A presença feminina no Colégio D. Pedro II ocorreu a partir da década de 1920, apesar de curto período.
	Durante a década de 1920 registram a criação de escolas profissionalizantes, inclusive femininas. Entre estas escolas, destaca-se a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos dos Goytacazes, fundada em 1922.
	A educação profissional feminina ocorreu posteriormente, ainda que tivessem como objetivo formar moças prendadas para o lar e trabalho externo apenas em caso de extrema necessidade.
ESTADO NOVO	Entre 1942 a 1946, no modelo Capanema, as práticas educativas abarcavam “educação pré-militar para os alunos e educação doméstica para as alunas”, delimitando o espaço das mulheres nas escolas por meio da organização curricular.
REPÚBLICA POPULISTA	Com relação às mulheres havia um clima de conflito, “pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar dessa sociedade que, em vários aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se com os cuidados do lar e da família”.
DITADURA MILITAR	O período que abrange a Ditadura Militar (1964 a 1985) deixou exposto que não haveria consideráveis modificações no sistema educacional brasileiro, visto que aqui predominava um espaço de contínuo medo e de ausência dos direitos e garantias essenciais dos estados democráticos.

Elaborado pelos autores, 2023. Fonte: Silva, 2004.

No decorrer do período imperial, mesmo com a Lei de 1.827 estabelecendo aulas regulares para as meninas, a educação tinha como intuito ordenar para funções maternais e as aulas deveriam ser aplicadas por senhoras abalizadas e sensatas. Além disso, foram recusadas a admissão aos cursos superiores, pois as provas eram destinadas pelo Colégio D. Pedro II que, como percebido, eram aplicados exclusivamente ao público masculino.

Assim, a partir 1835 as escolas normais, designadas as formações de professores, em seu princípio recebiam somente sexo masculino. Desta forma, no Período Imperial as mulheres conviviam com pouca esperança de possuírem acesso à formação acadêmica, sendo a vida doméstica a realidade para a maioria das mulheres que tinham por incumbência se doarem às prendas domésticas, ao bom comportamento e à formação moral e religiosa (ARANHA, 2006).

Segundo Aranha (2006), no decorrer da fase pré-republicana, começou a suscitar maior importância na formação feminina entre os âmbitos mais progressistas, que ofereciam às mulheres a educação que antes só os homens tinham acesso. No entanto, para a população conservadora, educar as mulheres posicionaria em perigo o sistema patriarcal e por conseguinte a família. Os pressupostos dos conservadores pouco se diferenciam daqueles em uso na Idade Média: regular fado doméstico, natureza inferior da mulher, baixa habilidade intelectual.

Aranha (2006) menciona que no princípio da República nasceram as escolas operárias, na maioria dos estados brasileiros, e nelas foi incluído o ensino misto entre classe sociais e gênero. As instituições de formação profissional contribuíram para as disparidades de poder entre homens e mulheres sob a justificativa de bem-estar das mulheres e sua natureza frágil, ordenando o tipo de educação à qual teriam acesso na inserção da mulher na educação profissional, e, por decorrência, a divisão sexual do trabalho (MACHADO, 2012).

Na ditadura militar mesmo em tempos de dominação e silenciamento resistentes ao regime, o movimento feminista aufere força no Brasil diante às lutas de resistência, ainda que os homens detém o centro de poder. Em relação à educação profissional, as primeiras Escolas Profissionalizantes principiaram para atender ao coletivo masculino. A Constituição de 1988 foi homologada, conduzindo várias inovações na relação entre o Estado e a promoção de Políticas Públicas. Entretanto, foi somente em 1996 que as políticas educacionais vivenciaram significativas transformações através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996 que reestabeleceu na prática todo o sistema de ensino brasileiro (ARANHA, 2006).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ficou estabelecida com a Lei nº 11.892/2008 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na qual são concebidos os

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Os Institutos Federais através do Art. 2º estabelece que são instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, seja em educação superior, básica e profissional. Os objetivos dos Institutos Federais são descritos no Art. 7º, entre eles ensinar educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, desenvolver pesquisas, ampliar tarefas de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão e ministrar cursos de educação superior.

Segundo Araújo e Rodrigues (2010) a Educação Profissional busca a constituição dos indivíduos à realidade dada e que buscam a transformação social com preparação para o mercado e normalmente voltada para as classes trabalhadoras. A educação em geral com integração do caráter propedêutico à formação profissional, é normalmente destinada às elites.

No que se refere ao sistema educacional, este não está dispensado das engrenagens que mantêm a dominação masculina, moldando e oferecendo alicerce para perpetuação da desigualdade entre os gêneros. Entretanto, consideráveis avanços, ao menos no nível formal, foram assegurados a partir de um conjunto de Leis e Normas que sugerem um acesso mais equitativo ao sistema educacional.

E em detrimento dessa submissão do gênero feminino que a Agenda 2030 para o Objetivo Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituída pelos 193 representantes dos Estados-Membros da ONU tem como recomendação um plano de ação, para que os governos, a sociedade civil, o setor privado e todos indivíduos construam uma jornada coletiva referente a um documento composto por 17 (ODS), dentro deles precisamos salientar o 5º objetivo que vem em favor da temática Gênero, sendo o (5) objetivo do desenvolvimento sustentável é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas globalmente, agregada e indissociável, equilibrando as três dimensões, econômica, social e ambiental, buscando engajar os países em uma construção coletiva (ARORA, 2019).

MÉTODOS

Os dados foram coletados no Portal da Plataforma CAPES (PPC), a partir das palavras-chave: educação feminina, desigualdade de gênero e educação profissional e tecnológica (EPT), as quais estão relacionadas à temática desse estudo.

Também foram investigados dados indicadores quantitativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período temporal de 2021 e 2022, dados estes contextualizados sobre como são pautadas as ações referentes a gênero, e disparidades de remuneração das mulheres no mundo do trabalho. A metodologia foi pautada em uma pesquisa de abordagem qualitativa, técnica narrativa, a partir de obras de autores e comentaristas que examinam as discussões de gênero e a trajetória feminina na história educacional brasileira, essencialmente na Educação Profissional e Tecnológica.

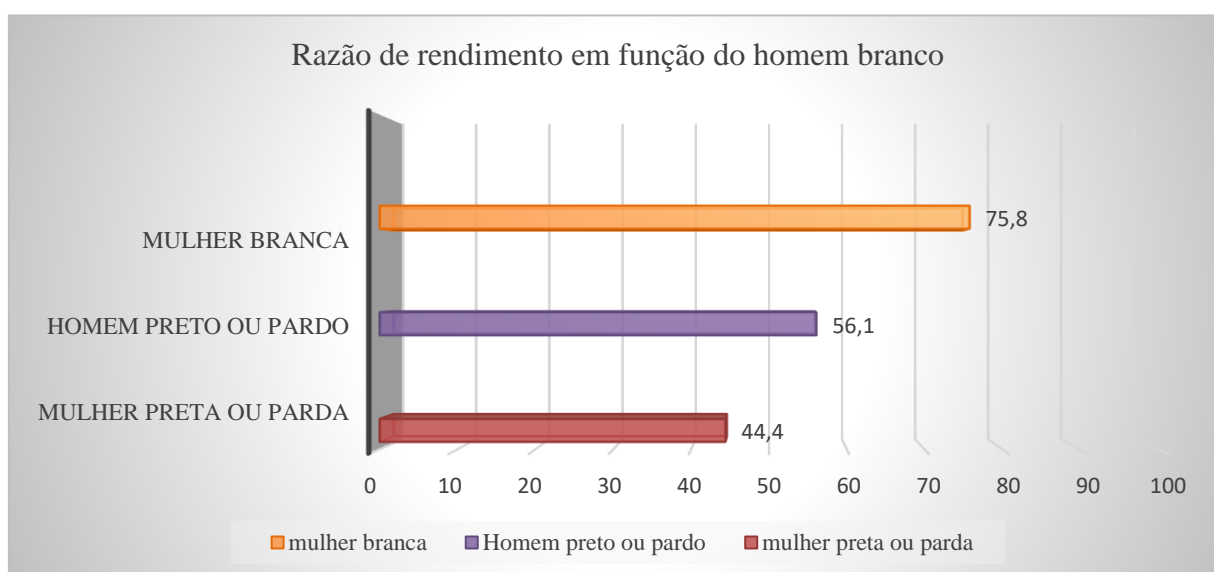
Segundo Creswell (2014), a investigação qualitativa é um conjunto de atividades que transformam o mundo perceptível em dados representativos, incluindo anotações, lembretes, notas, entrevistas e fotografias. Os(as) pesquisadores(as) que trabalham com abordagem qualitativa de pesquisa buscam compreender uma manifestação em sua circunstância natural.

Em tese, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que pressupõe que a aceção dada ao fenômeno é mais importante que sua quantificação.

DISCUSSÃO

De acordo com o catálogo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, IBGE (2019), o delineamento em categorias de rendimento com o tipo de ocupação, demonstrou que, tanto na ocupação formal, como na informal, as pessoas pretas ou pardas receberam inferior do que as de cor ou raça branca.

Gráfico 1 - Razão dos rendimentos em função do homem branco (IBGE - 2021)



Elaborado pelos autores, 2023. Fonte: IBGE, 2021.

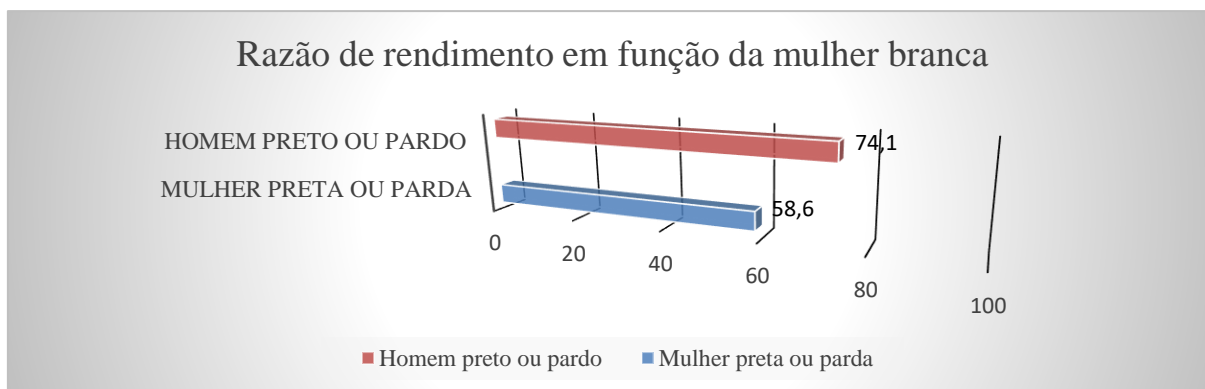
Os motivos de rendimentos entre categorias de cor ou raça e de sexo assinalam que o diferencial por cor ou raça é maior do que o diferencial por sexo. Ao passo que as mulheres possuem um ganho de 78,7% do montante dos rendimentos dos homens, as pessoas de cor ou raça preta ou parda arrecadaram apenas 57,5% do salário daquelas de cor ou raça branca. A diferença por cor ou raça é elucidado por condições como discriminação profissional, menores viabilidades educacionais e recebimento de salários inferiores em empregos equivalentes. As justificativas de salários combinados por cor ou raça e sexo mostram disparidades nos resultados ao ser comparado.

Em conformidade com o gráfico 1 acima, evidencia-se a supremacia dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que, o maior distanciamento de salários ocorre quando relacionados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem 44,4%. O Homem preto ou pardo recebe 56,1% a menos que os homens brancos e, as mulheres brancas recebem o percentual de 75% dos homens brancos que, conforme o gráfico acima consta a classe que tem menor percentual de diferença em relação aos rendimentos dos homens brancos.

A história de colonização do Brasil e sua característica escravista influenciou fortemente no estabelecimento das relações sociais e, portanto, na educação e na formação profissional, o que proporcionou uma estrutura social extremamente hierarquizada com funções rigidamente estabelecidas de acordo com sexo e a posição de classe. Assim, muito influenciado pela cultura escravocrata, o trabalho manual ficou marcado por uma visão negativa e de menor valor com relação ao trabalho intelectual ou acadêmico, o que gerou intensas dualidades na EPT.

Vale salientar que a partir da inserção da escola no processo de colonização brasileira, a educação formalizada foi delimitada essencialmente aos meninos brancos filhos das elites coloniais. Silva (2004) ratifica que a diferença do processo educacional surgiu com os jesuítas, que abarcaram o ensino na colônia, onde os mestres ensinavam aos meninos ler, escrever e fazer contas, e às meninas cabiam o ensino direcionado para as atividades domésticas, como cozer, cozinhar e cuidar dos filhos. A tímida resistência por parte das meninas à vida doméstica se deve a organização da sociedade patriarcal, que desde os primeiros momentos de socialização, introduziu no imaginário feminino a designação da vida conjugal na qual a ideia de ser “boa esposa” e “boa mãe” se transformava o propósito primordial da vida da mulher (PRIORE, 1993; FREYRE, 2004).

Gráfico 2 - Razão de rendimento em função da mulher branca (IBGE – 2021)



Elaborado pelos autores, 2023. **Fonte:** IBGE, 2021.

Conforme o gráfico 2 acima, a segunda classe de maior privilégio é o da mulher branca, que dispõem de rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente).

O percurso feminino no sistema educacional brasileiro, especificamente na EPT, ocorreu lentamente e computou com imensos impasses, pois o lugar socialmente determinado para a mulher não envolvia acesso à educação formal e muito menos a perspectiva de exercer atividades assalariadas.

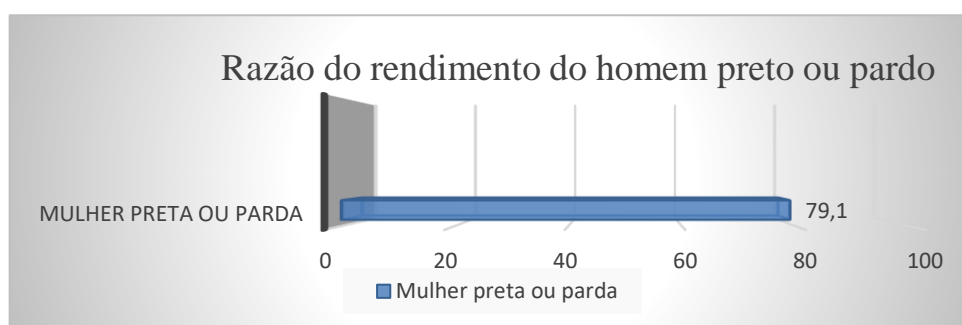
Somente no Século XIX é que se alcança uma concepção da mulher aproximada à educação, contudo, o que se concebia como educação para o sexo feminino estava limitado a promoção dos “dotes” da mulher, que abrangia a composição para as incumbências de esposa, dona do lar e cuidados maternos. A visão de educação que se tinha para as mulheres estava cerceada ao mundo particular, desse modo as mulheres, sobretudo relativo às elites, eram criadas para atuar no âmbito doméstico, tendo como predominante função o zelo com o marido e com a criação dos filhos, sem qualquer motivação de uma profissão assalariada.

É importante ressaltar que, apesar dos avanços na integração da mulher no ambiente educacional, a segregação sexual ainda persiste de forma transgeracional. Desde os primórdios, a sociedade organizou os espaços educacionais de forma diferenciada para meninos e meninas, continuando a perpetuar resquícios da sociedade patriarcal e discriminatória em relação à mulher. Essas condições foram alimentadas pela construção social de crenças que atribuem uma suposta "natureza feminina" à mulher, caracterizando-a como delicada, frágil, passiva e emocionalmente instável. Essas representações ainda estão presentes em nossa realidade

cotidiana e contribuem para as disparidades de direitos das mulheres no trabalho, tanto no passado quanto no presente.

O trecho em destaque “natureza feminina” deixa claro que a ideia da mulher como "sexo frágil" é uma mentira absurda, sugerindo que a "natureza feminina" deve ser mais bem explorada. Nesse sentido, no contexto brasileiro, existe a Organização Não-Governamental (ONG) “Think Olga” que tem como objetivo combater o machismo, o sexismo e todas as formas de discriminação contra mulheres. A ONG realiza ações de conscientização, educação e advocacy, além de promover campanhas e eventos para empoderar as mulheres e promover a igualdade de gênero.

Gráfico 3 – Razão de rendimento do homem preto ou pardo (IBGE - 2021)



Elaborado pelos autores, 2023. **Fonte:** IBGE, 2021.

Conforme dados no gráfico 3 acima, os homens pretos ou pardos têm rendimentos superiores somente aos das mulheres da mesma cor ou raça pertencente a sua (preta ou parda) razão de 79,1%, a maior entre as composições. Diferente das mulheres brancas, as negras trabalham desde cedo para ajudar no provimento da família, geralmente sem muito estudo e qualificação acabam trabalhando no ambiente doméstico de outras famílias mais abastadas.

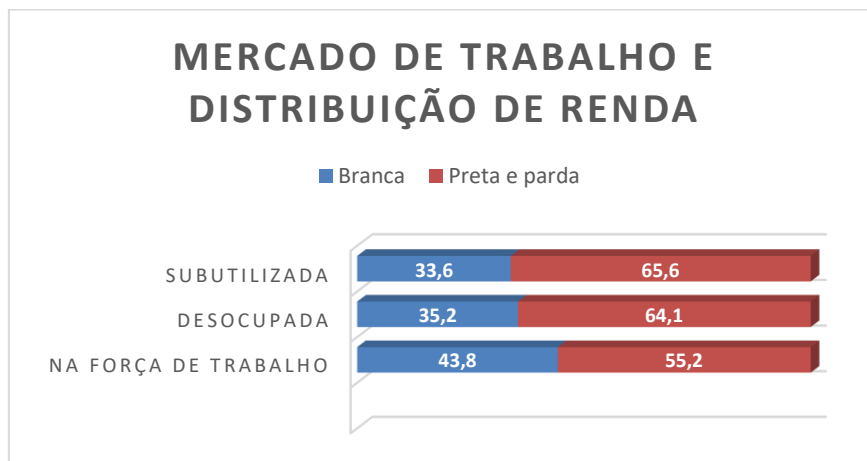
A prática de mulheres negras em âmbitos imensamente masculino, é atravessada por provocações no dia a dia, que partem desde a insuficiência de acesso ao sistema educacional, até as atividades discriminatórias e para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo contínuo de produção de exclusão intelectual e carência cultural, e anulação de perspectivas de ascensão na carreira devido a cultura androcêntrica e racista que ordena o convívio dos povos.

Assim sendo, para perceber as relações sociais no Brasil é imprescindível o acolhimento da raça enquanto viés analítico, que dissemina a ideia de que há, no Brasil, uma vivência equilibrada e sem distinção entre as distintas raças. Desde as conquistas do movimento negro a

terminação “raça” é usada para fazer referência a situação política e social experimentada pelos sujeitos pretos e pardos que têm sido depreciados em decurso de elementos culturais e diacríticos que apontam a uma hereditariedade negra e africana (GOMES, 2001). Estas relações provocadoras se reproduzem nas instituições sociais brasileiras.

Tem sido moroso por décadas, dispendo estes indivíduos numa situação de vulnerabilidade social que se encontra evidenciada nos altos índices de analfabetismo, desemprego, encarceramento e intensas formas de mazelas sociais, o que designaram de ciclo aglomerado de prejuízo dos negros. Em outras palavras, as amostras expressam que a discrepância dos negros não é apenas derivada do passado, mas é desenvolvida atualmente, no decurso de preconceitos (GUIMARÃES, 2012).

Gráfico 4 - Mercado de trabalho e distribuição de renda (IBGE - 2021).



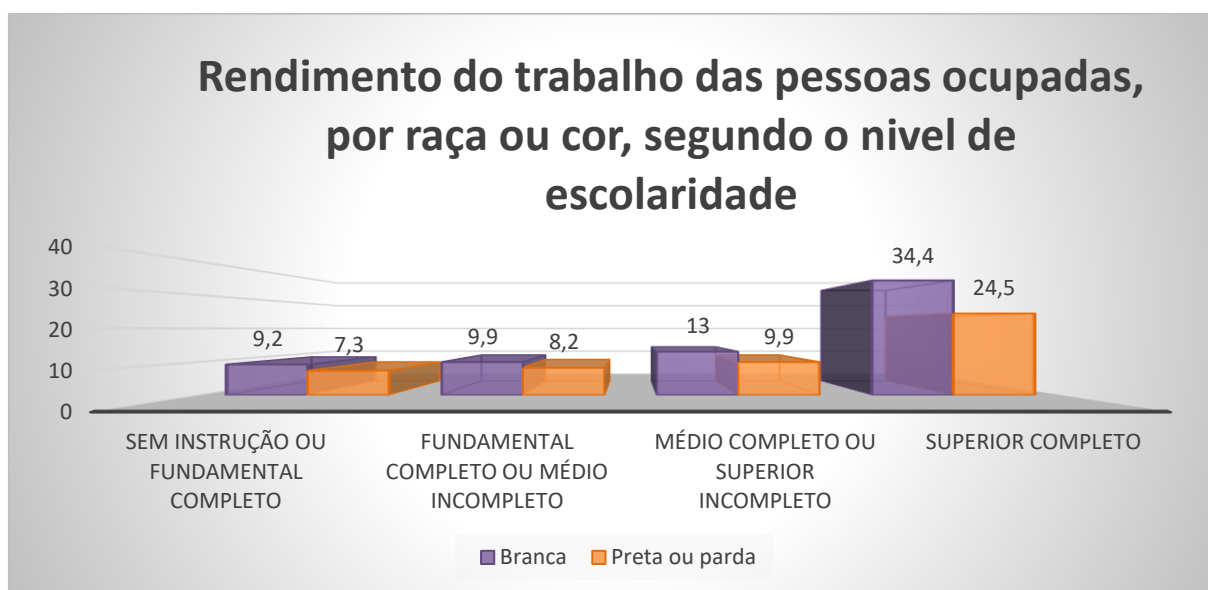
Elaborado pelos autores, 2023. **Fonte:** IBGE, 2021.

Conforme apresenta o gráfico 4 acima, no que concerne à força de trabalho, o grupo de pessoas que se encontravam ocupadas ou desocupadas na semana de menção, na força de trabalho os indivíduos de cor ou raça branca contavam 43,8%, à medida que as pessoas pretas e pardas, 55,2% em 2021. Em dados absolutos, os contingentes representavam 45,6 milhões de pessoas brancas, 57,5 milhões de pretas/pardas, num total de 103,1 milhões anual. Contudo, em relação à população desocupada, de tal maneira as pessoas pretas e pardas encontram-se sobrerrepresentadas com 64,0%. As pessoas brancas, de outra forma, apontaram sub-representação, pois eram 35,2% dos desocupados em 2021.

Este mesmo processo histórico criou as disposições para a preservação de um âmbito de desproporção no que diz respeito à conformidade de oportunidades, criando assim perpetuação de uma inclusão periférica no mundo do trabalho.

Desse modo, a urgência e de aumentar as discussões em relação a inclusão de mulheres nos cursos de formação profissional em nível técnico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio da socialização do âmbito educacional e a concretização da identidade da raça e gênero, englobando principalmente os indivíduos e não apenas o currículo escolar. Além do mais, como componente, também, da relevância das discussões das incitações do mundo do trabalho em consideração ao padrão sexuado de carreiras e da posição desigual da mulher em relação aos homens no trabalho, padrão que apresenta se perpetuando na contemporaneidade.

Gráfico 5 - Rendimento, por cor ou raça, segundo o nível de instrução - Brasil – 2021.



Elaborado pelos autores, 2023. **Fonte:** IBGE, 2021.

De acordo com o gráfico 5 acima, em relação a configuração por sexo, historicamente, foram infligidas às mulheres condições adversas de inserção no sistema educacional quando confrontadas com os contextos abordados pelos homens. É observável que o nível de ocupação das mulheres é consideravelmente inferior ao dos homens, o que se verifica tanto pela menor presença feminina no mercado de trabalho.

Em tempos atuais, até o momento contamos com poucos dados sobre a atuação de mulheres negras nos assinalando indicadores mais concisos sobre seus percursos na ciência.

Na pesquisa “Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais”, enfatizou, fundamentado através dos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Silva (2010) inferiu que a contagem de doutoras negras na Educação Universitária era somente de 251 pertencentes ao sexo feminino até o ano de 2005, de um total de 63.234, mulheres, tendo em vista a área de ciências exatas, da terra e biológica esse número é de apenas 46 mulheres.

As mulheres negras, segundo Euclides e Silva (2015) nas universidades e faculdades públicas e privadas do Brasil obtiveram uma proporção de 30% em 2015, embora de que a autora não exterioriza uma parte por área do conhecimento, concebe-se frequentemente um avanço, fruto das políticas afirmativas conquistadas nas últimas décadas.

Porém, muitas mulheres negras ainda experienciam a solidude dos espaços acadêmicos, como vislumbram em relação a presença de professoras negras na universidade, quanto a vivência de mulheres negras no âmbito universitário, percebe-se que esse é um espaço de arranjos e rearranjos, no qual docentes negras na maioria das vezes sentem a solidude de militarem por suas causas peculiares (EUCLIDES; SILVA, 2015). A inclusão das demandas raciais nos espaços acadêmicos deve deixar de ser somente uma militância daqueles que sentem o ônus do racismo no cotidiano, para tornar-se reconhecida como questão relevante que envolva toda sociedade.

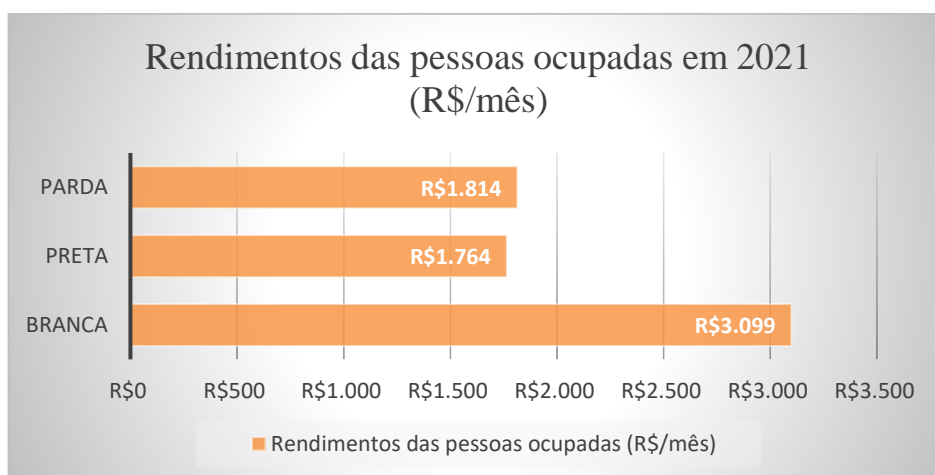
No que diz respeito a área de ciências naturais o restringimento é ainda maior, segundo Cunha (2014) até os 12 anos constata-se que as inclinações de ambos os sexos pela área de ciências se equilibram, e a partir dessa idade as propensões das meninas diminui, enquanto as predileções dos meninos se sustentam. A autora sugere que o altruísmo das mulheres está relacionado ao processo educacional que oportuniza ambientes de socialização diferenciados e retratam prejuízos ligados a ambos os sexos. Em vista disso, é fundamental que o sistema educacional preencha sua incumbência social e resguarde espaços de estímulos à presença das mulheres nas áreas científicas.

No que tange à área de ciências naturais, o restringimento é ainda menor, pois, de acordo com Cunha (2014), as meninas apresentam uma diminuição de interesse pela área de ciências naturais a partir dos 12 anos, enquanto os meninos mantêm suas predileções. Nesse sentido, é importante que o sistema educacional promova espaços que estimulem a presença das mulheres

nas áreas científicas, conforme discutido por Bourdieu e Passeron (1964) em sua obra "Os Herdeiros".

Nessa direção, os autores argumentam que as mulheres em contexto científico muitas vezes enfrentam discriminação e desigualdades de gênero. Eles afirmam que as mulheres são frequentemente subrepresentadas em posições de destaque e poder na academia, e que enfrentam obstáculos adicionais em termos de acesso a recursos e oportunidades de carreira. Bourdieu e Passeron (1964) também discutem como as normas de gênero e as expectativas sociais podem limitar as oportunidades das mulheres no contexto acadêmico e contribuir para a reprodução de desigualdades de gênero. Em suma, eles concluem que as mulheres no contexto evidenciado são frequentemente marginalizadas e subestimadas, e que é importante reconhecer e abordar essas questões para promover a igualdade de gênero no meio acadêmico.

Gráfico 6 – Rendimentos de pessoas ocupadas em 2021



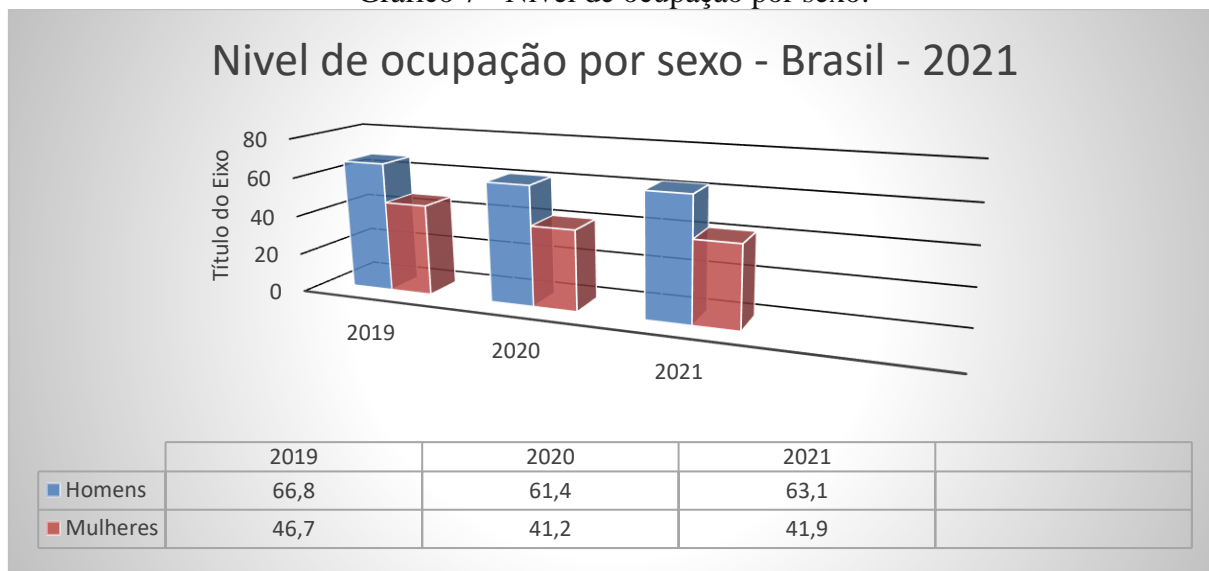
Elaborado pelos autores, 2023. **Fonte:** IBGE, 2021.

Em conforme o gráfico 6 acima, o trabalho informal, muitas vezes, está associado ao trabalho provisório e/ou à privação de proteção social, que delimita o acesso a direitos fundamentais como a recebimento pelo salário-mínimo e o direito à aposentadoria. Em 2020, ocorreu redução por conta da supressão de incumbências das informalidades trabalhistas em função da crise causada pela pandemia do Corona Virus Disease 19 (COVID-19). Transcorrido o período mais vulnerável das consequências na economia, o restabelecimento das atividades de serviços promoveu novo aumento da informalidade, que atingiu 40,1% em 2021. Em relação a remuneração do trabalho, a população branca do mesmo modo apresentou índices mais vantajosos. Esse quesito tem particular relevância, pois o trabalho é a principal fonte de renda

para a aquisição de bens e serviços e para o padrão de consumo de indivíduos e famílias. Em 2021, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas da raça branca foi de R\$ 3.099,00, valor significativamente superior ao da raça preta, que alcançou R\$ 1.764,00 mensais, e ao da raça parda, que apresentou um rendimento mensal de R\$ 1.814,00.

Quando se aborda a questão salarial, também é apontado o abuso da mão de obra, de acordo com Teixeira (2021). Por exemplo, no trabalho doméstico, a candidata muitas vezes é exigida a ter disponibilidade todos os dias da semana, durante 24 horas por dia, sendo responsável por todas as tarefas domésticas. Assim, compreende-se que, mesmo atualmente, as práticas de superexploração das trabalhadoras são mantidas, o que ratifica o trabalho como um espaço natural de servidão e leva a categoria à fragilização e a um grau evidente de vulnerabilidade quando se refere ao gênero feminino e a cor de pele. Para além de compreender como a publicação de anúncios de emprego com características fenotípicas concorrem para o perpetuamento do racismo e do sexismo, almejamos, na atualidade, mostrar a luta política dos povos diásporas africanas, uma vez que, especificamente a partir de mobilizações sociais, é possível reverter tais resquícios transgeracional de práticas coloniais.

Gráfico 7 - Nível de ocupação por sexo:



Elaborado pelos autores, 2023. **Fonte:** IBGE, 2021.

Mediante o gráfico 7 acima, em relação a configuração por sexo, historicamente, foram determinadas as mulheres imposições desvantajosa de inclusão no processo de nível de ocupação por sexo, com isso afetando diretamente na menor participação no mundo do trabalho quando feito uma analogia das circunstâncias enfrentadas pelos homens em nível de ocupação,

Página 15 de 20

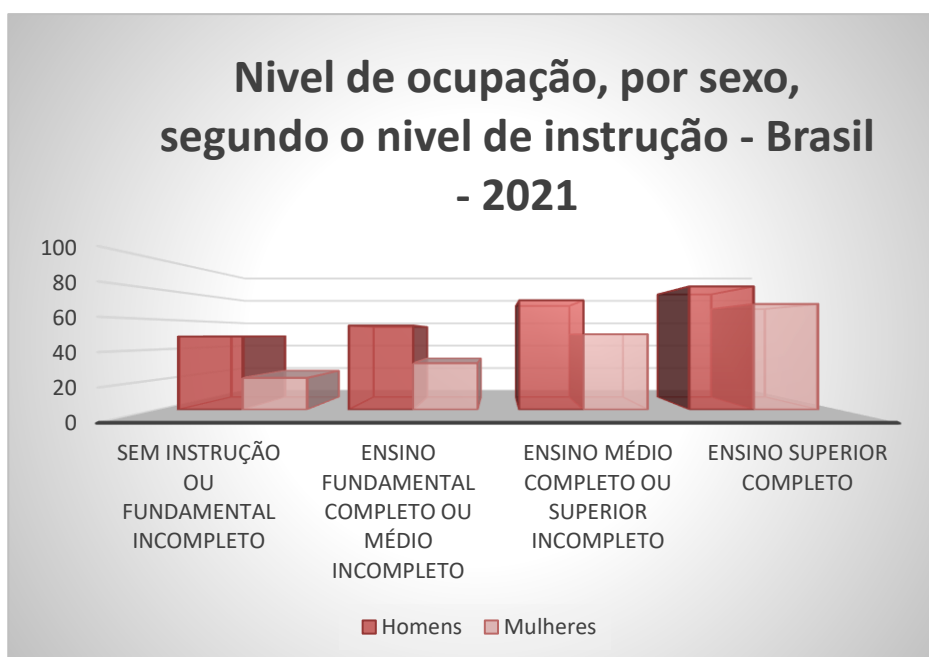
DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.772>

as mulheres são substancialmente inferiores aos homens, quando se refere a menor participação na igualdade de direitos no mercado de trabalho. Assinalado por meio do gráfico pela maior taxa de desocupação desse grupo, equivalente mostrado nesses dados.

Ainda que disposto em nível mais baixo, o Gráfico já evidenciado, indica que o nível de ocupação das mulheres foi moderadamente mais reduzido em 2020 e se recuperou mais lentamente em 2021, expandindo a distância entre homens e mulheres em relação ao ano anterior ao da pandemia de COVID-19. Enquanto o nível de ocupação dos homens nos anos de 2019 a 2021 diminuiu em 3,7 pontos percentuais e alcançou 63,1%; para as mulheres a queda foi de 4,8 pontos percentuais, atingindo 41,9%, em 2021. As adversidades que as mulheres enfrentam são legitimadas sobretudo em relação às conquistas por uma ocupação e para perseverar no mercado de trabalho, particularmente quando as políticas públicas específicas e legislações são ausentes para esta finalidade. Com relação à menor contribuição feminina na força de trabalho, deve ser considerada em função da divisão por gênero dos afazeres domésticos, uma vez que a taxa de efetivação de atividades domésticas no lar ou em residência de parente é mais alta para as mulheres, assim como a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores (IBGE, 2022).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, apesar de considerar a constituição racial dos estudantes, falha ao não fornecer informações sobre a representatividade dos docentes quanto ao gênero e raça, área de formação e modalidade de desempenho. Isso impede a construção de conhecimentos mais abrangentes sobre o perfil docente da rede e sua relação com questões como a presença de mulheres negras no contexto acadêmico e no mercado de trabalho.

Gráfico 8: Nível de ocupação por sexo segundo nível de instrução



Elaborado pelos autores, 2023. Fonte: IBGE, 2021.

Como apresentado no gráfico 8 acima, apesar de que a maior escolaridade das mulheres seja insuficiente para estabilizar seu cenário em relação aos homens, inclusive, é uma peculiaridade muito significativa para garantir o acesso no mercado de trabalho. No último ano da série, o nível de ocupação das mulheres com ensino superior completo foi 3,3 vezes maior que o das mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Esse mesmo indicador apresentava uma distinção consideravelmente de 1,7 vezes menor entre os homens.

As ciências sejam elas naturais, humanas, sociais requerem um trabalho intelectual intenso, e vivenciam ainda de uma compreensão extremamente sexista e racista, dispondo negras(os) e mulheres de forma geral, na premissa de impossibilidade de solucionar demandas dessas especificidades, por uma pressuposta inferioridade fundada historicamente. Essa discriminação tem afetado/estabelecido desde as preferências realizadas por mulheres negras, no que daquelas que constituem a área de ciências. A plataforma Nilo Peçanha, que mostra as investigações sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vislumbra a constituição racial dos estudantes, mas quando menciona ao corpo docente oportuniza apenas os dados sobre: jornada trabalhista, vinculação com a administração pública, titulação e matrículas por professor. A falta de informes sobre a representatividade dos docentes quanto ao gênero e raça, área de formação e modalidade de desempenho menosprezam e impossibilitam a construção de conhecimentos mais evidentes sobre o perfil docente da rede.

pagina 17 de 20

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.772>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca das questões de gênero, raça e sexo não é atual, todavia, até o momento se concebe como interdito ou é apreciado como um tema de menor importância em muitas instituições educacionais. O silenciamento também é uma maneira de se dispor em ligação com essas demandas, uma vez que favorece para corroborar estas injustiças diante daquilo que é considerado como conhecimento a ser ensinado.

É primordial desconstruir a ideia de que apenas as habilidades técnicas e cognitivas são satisfatórias para formar excelentes profissionais, as problematizações sobre diversidades, inclusão e direitos humanos precisam estar apreciados nos currículos, com a finalidade de que por meio da educação consigamos plantar sementes da equidade no mundo do trabalho. Há uma insuficiência de debates e práticas que interligam as questões de raça e gênero com o mundo do trabalho, perceber como a raça e gênero atuam é fundamental, não só como sinalizadores sociais da desigualdade, mas especialmente, como intermediadores que condicionam os itinerários.

Pretende-se, com essa pesquisa, colaborar para a expansão de outras indagações prioritárias e indispensáveis nas discrepâncias de gênero e suas provocações na EPT, com lugares destinados às mulheres nos cursos de formação profissional ao longo da história do Brasil. A partir de uma sucinta investigação literária sobre a temática será disposto uma reflexão das disparidades de gênero que foram construídas no decorrer do tempo na Educação e na Educação Profissional e Tecnológica

Enfim, a demanda não se percebe oclusa, ela deve ser investigada por docentes multidisciplinares, de forma a adaptá-las aos diferentes objetivos e realidades pedagógicas, usando de suas habilidades inovadoras para enriquecer as reflexões e recomendações. Espera-se fundamentado nisso, colaborar para a consumação da lei nº 10.639/03, especialmente no âmbito da rede federal, aspirando percursos que têm sido historicamente silenciadas, mas também fazendo a imputação as práticas institucionais e das vinculações interpessoais que reproduzem o sexismo e o racismo na sociedade. É urgente superar as dualidades de gênero e da divisão sexual do trabalho, objetivo deste artigo, ao ratificar que em todos os tempos da educação foi excludente e seletiva para as mulheres.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, R. N. de L.; RODRIGUES, D. do S. Referências sobre Práticas Formativas em Educação Profissional: o Velho Travestido de Novo Frente ao Efetivamente Novo. **R. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010.

ARORA, N. K.; MISHRA, I. **United Nations Sustainable Development Goals 2030 and environmental sustainability: race against time**. *Environmental Sustainability*. v. 2, n. 4, p. 339–342. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42398-019-00092-y>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, e dá outras providências. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Casa Civil Ministério da Justiça e Segurança Pública Ministério da Defesa Ministério das Relações Exteriores Ministério da Economia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabelas - Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 2. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE/2021. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.

CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, M. B. da. As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educ. Quím.**, v. 25, n. 4, p. 407–417, 2014.

EUCLIDES, M. S.; PAULA, S. M.; SILVA, J. Quando se é mulher, negra, doutora e professora universitária: uma travessia marcada por disputas. In: **Anais**. V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE), 2015. **V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE)**, 2015.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**; formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 49. ed., São Paulo: Global, 2004.

GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na escola**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.

MACHADO, M. L. B. Formação Profissional e Modernização no Brasil (1930-1960): Uma Análise à Luz das Reflexões Teórico- Metodológicas de Lucie Tanguy. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 97-114, jan.-mar. 2012.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, online, v. 24, p. 77-98, 2005.

PRIORE, M. D. **A mulher na história da colônia, em Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SILVA, J. da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jan./jun. 2010.

SILVA, M. B. N. “A Educação da Mulher e da Criança no Brasil Colônia”. In: STEPHANOU, M.; BARROS, M. S. (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, J. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.